



GT 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

A CONSTRUÇÃO DO CANAL DO MANGUE NO RIO DE JANEIRO: RELATO HISTÓRICO E MEMÓRIA PRESERVADA EM ÁLBUM FOTOGRÁFICO

THE CANAL DO MANGUE CONSTRUCTION IN RIO DE JANEIRO: HISTORICAL ACCOUNT AND MEMORY PRESERVED IN A PHOTOGRAPHIC ALBUM

Melina de Brito dos Santos - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Jeorgina Gentil Rodrigues - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)

Rosali Fernandez de Souza - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O objeto deste estudo é a fotografia como documento arquivístico e registro histórico. O álbum fotográfico e a fotografia enquanto recurso informacional são mediadores de um passado que foi materializado em imagens, tornando-os um registro de memória. Como exemplo, o *Álbum da construção do Canal do Manguê*, Rio de Janeiro. O documento pertence ao acervo iconográfico da Biblioteca de Obras Raras e Antigas do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Álbum revelou-se como item documental raro pela sua unicidade para estudos e pesquisas de valor histórico, cultural e artístico.

Palavras-chave: fotografia; álbum fotográfico; documento arquivístico; memória.

Abstract: The object of this study is photography as an archival document and historical record. The photo album and photography as an informational resource are mediators of a past that was materialized in images, making them a record of memory. As an example, the *Álbum da construção do Canal do Manguê*, Rio de Janeiro. The document belongs to the iconographic collection of the Library of Rare and Ancient Works of the Technology Center of the Federal University of Rio de Janeiro. The Album proved to be a rare documentary item due to its uniqueness for studies and research of historical, cultural and artistic value.

Keywords: photographic; photographic album; archival document; memory.

1 INTRODUÇÃO

O Canal do Manguê faz parte da história do Rio de Janeiro da época colonial. O curso d'água que margeia as Avenidas Francisco Bicalho, no Santo Cristo, e Presidente Vargas, no

Centro, não era assim até o século XIX. Na área onde hoje situa-se o bairro da Cidade Nova, havia um imenso manguezal denominado Mangue de São Diogo. Em 1835, durante o reinado de Pedro II, o governo imperial decidiu sanear a área do mangue; na época, havia um plano de se construir um estreito canal na região a fim de receber as águas de chuva e de riachos que desaguavam nas imediações.

As obras do Canal do Mangue iniciaram-se em 21 de janeiro de 1857 e duraram três anos. Foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1860. Em virtude da construção do Porto do Rio de Janeiro, o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) concluiu o prolongamento do canal, no início do século XX. As obras de expansão foram comandadas por Lauro Müller, o então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. A extensão do canal pôs fim às constantes enchentes e inundações que causavam doenças através das águas contaminadas, provocadas pelas vazões dos rios que ainda hoje desaguam no canal.

A valorização da construção do Canal do Mangue e seu registro como fonte de informação e memória, abrange diversas áreas do conhecimento, tais como: Arquitetura, Artes, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, História, Saúde Coletiva, e Sociologia.

Neste sentido, as 50 fotografias da construção do citado canal em papel albuminado, cujo registro fotográfico é de autoria do fotógrafo Emydgio Ribeiro, fazem parte do *Álbum da Construção do Canal do Mangue* ([ÁLBUM...], 1906?) que foi escolhido como objeto de pesquisa deste estudo. O referido álbum faz parte do acervo da Biblioteca de Obras Raras e Antigas do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (BOR/CT/UFRJ), ainda sem tratamento técnico.

O *Álbum da Construção do Canal do Mangue*, enquanto documento arquivístico, retrata boa parte da história da construção demonstrada em etapas, desde o início das obras, como o lançamento da pedra fundamental que ocorreu em 1857 e a primeira etapa em 1860, onde faz um registro detalhado em fotografias da cidade e sua arquitetura. A Figura 1 apresenta 4 fotografias que ilustram etapas do desenvolvimento da obra.

Figura 1 – Fotografias selecionadas do Álbum do Construção do Canal do Mangue



Fonte:
[ÁLBUM...],
([1906?])

A fotografia 1 ilustra a escavação da vala com a draga Pristinan, realizando as fundações da muralha das margens do canal. A fotografia 2 mostra a exploração da pedreira S. Diogo. A fotografia 3 apresenta a dragagem do novo canal e das proximidades da Estação Férrea Central do Brasil, tendo ao fundo o viaduto-Lauro Müller em construção. Na fotografia 4, no primeiro plano, visualiza-se a ponte que dá passagem para os trens do aterro realizado; no segundo plano, os tubos da Companhia de Gás que hoje passam sob uma ponte projetada para aquele fim.

2 A FOTOGRAFIA: PROCESSOS DE REPRESENTAÇÃO E COMO DOCUMENTO

A fotografia pode ser interpretada como uma forma de representação associada à construção de uma determinada ideia. Desde a invenção do daguerreótipo, a fotografia vem acompanhando o mundo contemporâneo registrando sua história numa linguagem de imagens como fonte de informação e potencial gerador de conhecimento para a pesquisa em diferentes áreas.

Nessa perspectiva, a fotografia, como fonte fidedigna de conhecimento, se aplica na “multiplicação dos documentos audiovisuais [...] exige o estudo de seu significado e de seu conteúdo cultural enquanto registro da história” (MIGUEL, 1993, p. 122). Enquanto “fonte histórica”, a fotografia demanda por parte do pesquisador um novo tipo de crítica “capaz de transmitir à pessoa diversas informações por fazer memória a muitos acontecimentos, além do momento registrado” (BRAS; BRAS; BRAS, 2016, p. 116). O registro atribuído a partir da imagem fotográfica possibilita contar versões.

A fotografia surge em meados do século XIX e se fixou como uma forma de representação visual da sociedade. Em 1826, Joseph Nicéphore Niépce, inventor francês, foi o primeiro a criar a reprodução de uma imagem inalterada por meio da ação da luz, ainda existente. Esse processo heliográfico (desenho solar) tinha o inconveniente de ser demorado e resultar em uma imagem de pouca qualidade que desapareciam rapidamente. Esta técnica foi posteriormente aprimorada por Louis Daguerre que viabilizou um método mais rápido e durável – o daguerreótipo (1839-1865). Apesar de Daguerre ter contribuído no desenvolvimento do processo fotográfico foi o inglês Fox Talbot quem criou o primeiro processo prático de produção de cópias do negativo original (TONELLO; MADIO, 2018).

Na história sobre as técnicas fotográficas, os processos variam entre diversos tipos de

materiais, além do daguerreótipo, dentre eles: calótipo ou talbótipo (1841-1855), ambrótipo (1854-1870), ferrótipo (1856-1890), placa de vidro à base de colódio úmido e sais de prata (1850 - 1900), fotografia albuminada (1847-1910); negativo de chapa de vidro em gelatina (1871- até hoje), fotografia em papéis sem revestimento, fotografias impressas, fotografias “permanentes”, fotografia em papéis com revestimento.

Em 1975, um engenheiro da Eastman Kodak, Steve Sasson, criou a primeira câmera fotográfica digital, que tornou-se mais largamente conhecida em 1995. A fotografia digital é definida como uma forma de fotografia que utiliza fotodetectores eletrônicos para formar uma imagem.

As imagens são armazenadas digitalmente como arquivos de computador prontos para processamento digital. A diferença mais significativa entre a fotografia digital e a fotografia tradicional é o uso de eletrônicos para capturar e armazenar a imagem em vez do filme.

A fotografia como fonte de informação, bem como sua concepção de registro ocular, retrata de maneira fracionada o que é considerado como real. Assim, o conhecimento histórico não foge do realístico, faz parte da memória. A fotografia foi conquistando aos poucos o status de fonte expressiva de informação e se consolidou como documento. Tonello e Madio (2018, p. 86-87) caracterizam a fotografia como documento de arquivo:

[...] a fotografia como documento surge a partir do momento em que ela substitui o ato de registrar visualmente paisagens, pessoas, eventos, o que era feito por artistas e absorve uma das características essenciais de documentos de arquivo que é a sua natureza probatória já que conserva no tempo e no espaço o registro das ações ou fatos representados por meio da imagem [...] a fotografia subverte as opiniões a seu respeito, e passa a ser vista como a forma mais adequada de representar, não só as ciências, mas também os acontecimentos históricos, culturais e sociais.

A imagem fotográfica revolucionou o paradigma já instaurado de reproduzir objetos, pessoas e acontecimentos por meio da pintura, pois possibilita uma nova forma de representá-los em razão de demonstrar, fixar e viabilizar a reprodução da mesma imagem várias vezes e sem alterações (TONELLO; MADIO, 2018).

A seção seguinte trata da fotografia como documento arquivístico e da sua função de registro histórico.

3 A FOTOGRAFIA COMO REGISTRO HISTÓRICO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO: O ALBUM

FOTOGRAFICO

A fotografia como registro histórico guarda “a história do homem comum, do cotidiano, das formas de vivência coletiva, dos comportamentos, das atitudes, pois a história passa a interessar-se por todos os homens, pelo coletivo” (MIGUEL, 1993, p. 122). Assim, a partir da compreensão da relevância do registro fotográfico para a história, a fotografia é considerada como um documento arquivístico pelo seu contexto de produção, guarda e memória.

Os registros documentais ou documentos arquivísticos “[...] representam um tipo de conhecimento único: gerado ou recebido nos cursos das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos” (DURANTI, 1994, p. 50). O documento arquivístico é caracterizado por ser “produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elemento de prova ou de informação [...] produzido/recebido por pessoa física no decurso de sua existência” (PAES, 2004, p. 26). Os autores citados apontam o valor do documento como registro de algo que foi produzido e conduzido para se tornar posteriormente uma prova da existência de uma ação passada.

O álbum fotográfico e a fotografia, enquanto recursos informacionais, testemunham “[...] uma vontade particular ou pública de arranjar memórias de forma a ter uma leitura direcionada e homogênea do passado” (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2019, p. 167). Os álbuns fotográficos, por suas características, podem ser descritos como conjunto de folhas reunidas e “[...] que tragam originais fotográficos e reproduções fotomecânicas” (FUNARTE et al., 1996, p. 99).

Os álbuns fotográficos “possuem um relacionamento particular com o passado como suportes de memórias e com a tecnologia e a sua clara intenção de registrar informações” (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2019, p. 176). Ainda conforme as autoras citadas, o álbum surgiu a partir de uma ideia de coleção indicando valor afetivo e simbólico da história de vida montada por um editor. Com isso, o álbum fotográfico pode ser considerado uma construção adaptada de seu produtor, onde terá uma recepção pelo usuário a partir da imagem do produtor (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2019). A Figura 2 apresenta características do álbum fotográfico.

Figura 2 – Características de Álbum Fotográfico



Fonte: SANTOS (2020)

As características dos álbuns fotográficos podem ser únicas de um perfil como fonte de informação e/ou recurso informacional, sendo considerados um resumo ou síntese de uma história que é narrada em etapas através das fotografias. As etapas de criação do álbum e a condição narrativa atribuída são organizadas com a intenção de arquivar, pré-determinada pelo editor - que pode ser o fotógrafo, o proprietário ou quem encomendou o álbum (SANTOS, 2020).

O álbum fotográfico pode ser estruturado numa lógica individual ou coletiva. Na lógica individual, devido ao valor simbólico e afetivo atribuído pelas fotografias, a sequência pode ser organizada a nível pessoal de entendimento ou significado, onde o contexto particular impera em todo o processo. A lógica coletiva é atribuída ao uso de uma sequência fotográfica, sendo previamente estruturada de modo que seja compreendida de maneira facilitada, cronológica e/ou histórica (SANTOS, 2020).

Mauad (2004), citando Le Goff¹, a fotografia deve ser considerada como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, a autora qualifica a fotografia como índice, marca da materialidade passada, na qual os objetos, as pessoas, os lugares informam sobre determinados aspectos do passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho entre outros. No segundo caso, a

¹Para Le Goff (1996, p. 545): “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

fotografia é qualificada como um símbolo do passado que a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. “Todo documento é monumento; se a fotografia informa, ela também conforma determinada visão de mundo” (SONEGÔ, 2010, p. 114).

A memória se materializa a partir de objetos/suportes que atuam como mediadores, sendo produzida a partir de sua materialidade e armazenada em algum lugar, como, por exemplo, em fotografias e/ou álbum de fotografias (POMIAN, 2000).

A fotografia enquanto “documento real”, ou seja, “uma fonte histórica, no qual sempre deve ser levado em conta o seu processo de construção, uma vez que a fotografia é um documento criado e construído” (BRAS; BRAS; BRAS, 2016, p. 118). Para Mauad (1996), a fotografia como fonte histórica deve passar pelos trâmites das críticas externa e interna para, depois, ser organizada em séries fotográficas, obedecendo a uma cronologia. Nesse sentido, os álbuns de fotografias não são diferentes, pois são igualmente tratados como monumentos que seguem uma cronologia. Assim, a fotografia como fonte histórica de informação deixa de ser instrumento ilustrativo e passa a ser ferramenta fundamental na produção do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia como um instrumento de fonte histórica e narrativa visual contribui no estudo da memória coletiva. Os álbuns apresentam e reforçam acontecimentos sociais relevantes para o entendimento de questões que envolvem uma tentativa de interpretação do passado. O *Álbum da construção do Canal do Manguê* é exemplo da narrativa constituída por imagens que registram a modernização da arquitetura urbanística da cidade do Rio de Janeiro. O Álbum registra de forma detalhada as várias etapas da obra e revela como a prática fotográfica contribui para a construção da memória coletiva.

Assim como o álbum fotográfico possui um relacionamento particular com o passado como suporte de memória, a fotografia como documento arquivístico se faz presente em diversas áreas do conhecimento, proporcionando múltiplas alternativas de construir, acessar e difundir informações. A fotografia enquanto fonte fidedigna de conhecimento e registro histórico deve ser conservada, transmitida e estudada.

REFERÊNCIAS

[ÁLBUM da construção do Canal do Manguê. 1906?]. Manuscrito.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivística, 2002.

BRAS, Rosamaria Xavier; BRAS, Aline Xavier; BRAS, Antonio Jose Silva. Imagem fotográfica como fonte de informação. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 15, n. 1/2, p.113-123, jan./dez., 2016.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FUNARTE *et al.* **Manual para catalogação de documentos fotográficos**. 2 ed. Rio de Janeiro : FUNARTE : Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história – possibilidades de análise. *In*: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (org.). **A leitura de imagens na pesquisa social**: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma investigação à leitura. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p.121-132, jan/dez. 1993.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Memória. *In*: GIL, Fernando. **Sistemática**. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. p. 507- 516.

SANTOS, Cristina Ribeiro; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. A caracterização do álbum fotográfico como recurso informacional: elementos para a Organização e representação da Informação. **InCID**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 167-183, mar./ago. 2019.

SANTOS, Melina de Brito dos. **Sistemas de organização do conhecimento e a recuperação de informação**: em busca de diretrizes para a indexação de imagens fotográficas raras e antigas. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. **Historiae**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2366/1248>
> Acesso em: 21 nov. 2022.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

TONELLO, Izângela Maria Sansoni; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. A Fotografia como documento: com a palavra Otlet e Briet. ***Informação & Informação***, [S.l.], v. 23, n. 01, p. 77-93, jan./abr., 2018.